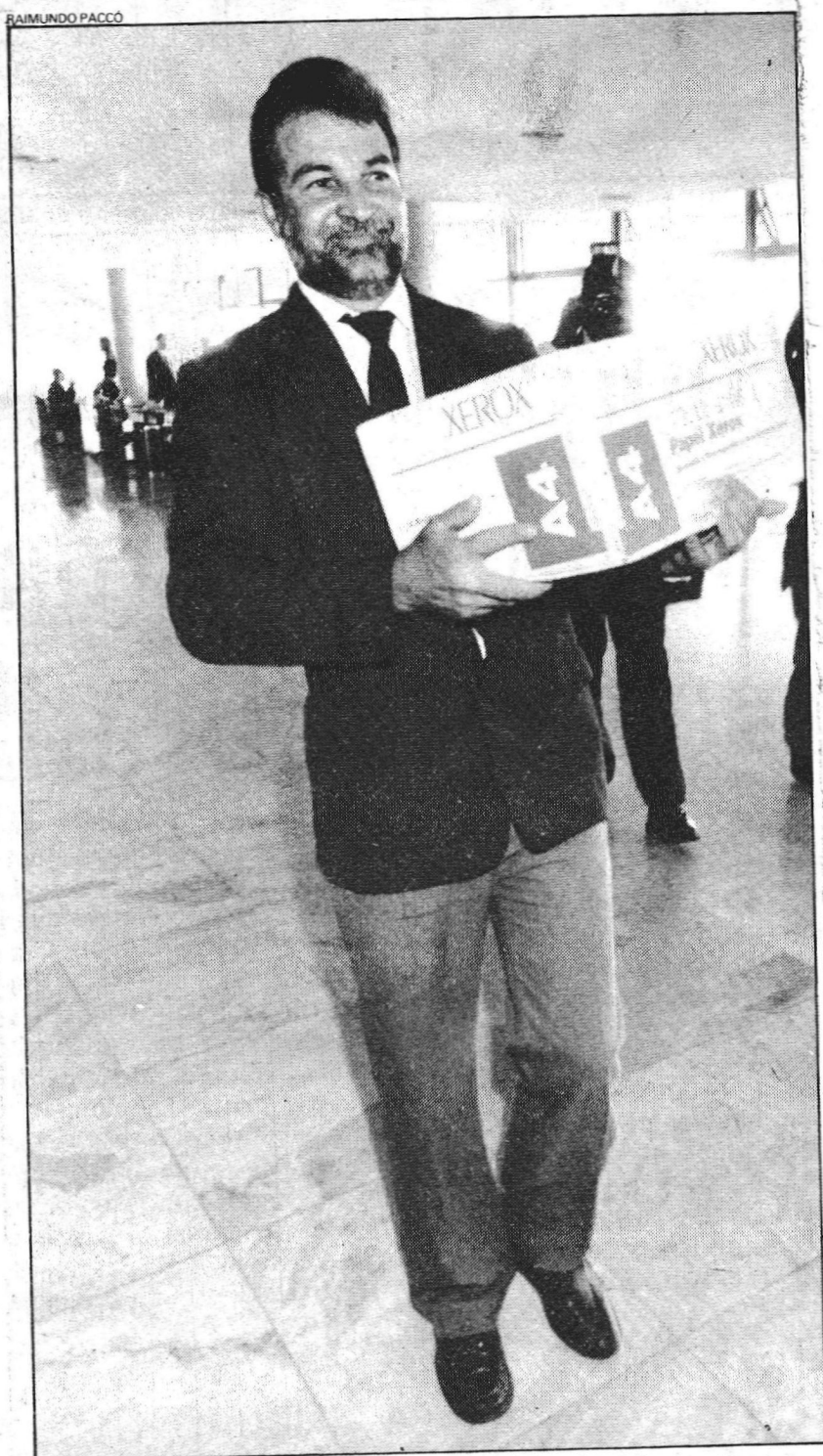


RAIMUNDO PACCO



O orçamento foi levado ao Planalto numa caixa de papelão

Collor recebe orçamento e prepara contingenciamento

O Congresso enviou, ontem, ao Palácio do Planalto, a proposta de Lei Orçamentária para 1992 aprovada no final do ano passado. Junto com a sanção do Orçamento o Governo prepara o decreto que vai contingenciar 70 por cento dos recursos previstos. Isso significa que o Ministério da Economia só vai autorizar a liberação de 30 por cento das verbas para seus projetos e investimentos. Os restantes 70 por cento serão liberados de acordo com a disponibilidade de caixa do Tesouro e se não comprometerem as metas de superávits fiscais estabelecidas na carta de intenções ao FMI.

O contingenciamento é um instrumento fundamental para o Governo cumprir as promessas feitas ao Fundo Monetário. A decisão política de repetir em 1992 o contingenciamento realizado em 1991 significa que o Governo está disposto a gastar menos ainda do que gastou em 1991 como sugere os dirigentes do Fundo. Pela proposta orçamentária apre-

sentada pelo Governo ao Congresso Nacional o objetivo é reduzir em dez por cento os gastos em relação ao ano passado.

Em sua carta de intenções ao Fundo o Governo do presidente Collor se comprometeu a realizar um superávit de Cr\$ 39 trilhões em 1992. A liberação dos recursos contingenciados ficará condicionada à realização de superávits médios mensais pré-estabelecidos: Cr\$ 100 bilhões por mês no primeiro trimestre; Cr\$ 200 bilhões por mês no segundo trimestre; Cr\$ 400 bilhões por mês no terceiro trimestre; e Cr\$ 600 bilhões por mês no quarto trimestre.

Diante de 16 volumes da proposta orçamentária, que somam quatro mil e 500 páginas, o presidente do Senado, Mauro Benevides se disse na expectativa de que a reforma tributária, aprovada em dezembro pelo Legislativo possibilite ao Tesouro fluxo de caixa para o cumprimento de todos os programas.